

O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Melissa Botelho de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

melissa.botelhodeoliveira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise referenciada nos clássicos do pensamento social brasileiro, sobre a Revolução Burguesa no Brasil, salientando seu caráter eminentemente autocrático. Para tanto, resgata, de forma breve, como se efetivou o desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro para, assim, discorrer sobre um viés ainda hoje muito atual: a particularidade da revolução burguesa no Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo, Revolução burguesa, Autocracia.

ABSTRACT

The present article referenced in the classics of Brazilian social thought on the Bourgeois Revolution in Brazil analysis, emphasizing its eminently autocratic character. To do so, rescues, briefly, as if effected the development of the capitalist mode of production to Brazil, thus glossing over a bias still very current: the peculiarity of the bourgeois revolution in Brazil.

Keywords: Capitalism, Bourgeois revolution, Autocracy.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta, a partir de um recorte temático, uma breve problematização sobre um dos aspectos de grande relevância para a formação social brasileira.

Como se verá nas linhas que seguem, o trabalho em tela busca aproximar-se da discussão sobre o caráter autocrático da Revolução Burguesa no Brasil. De certo, sabe-se que este não é um tema inédito, porém, ainda assim não se trata de um assunto esgotado. Muito ao contrário, entende-se que retomar ao tema da Revolução Burguesa em um país como o Brasil, nos dias de hoje, tem muito a dizer sobre a conjuntura social, econômica e política que atravessa o presente. E para bem entender o presente, faz-se fundamental conhecer a história.

Nesse sentido, em um primeiro momento, o trabalho apresenta um breve resgate histórico sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, discussão essa fundamentada em clássicos como Florestan Fernandes, Chasin, Octávio Ianni, Antonio Carlos Mazzeo, dentre outros destacados autores. Em seguida, o debate centraliza-se, com maior especificidade, no ensejo de elucidar como foi realizada a Revolução Burguesa no país, ressaltando sempre o seu cariz autocrático de dominação que, como será observado, é historicamente determinado.

Por fim, porém não menos importante são apresentadas algumas considerações finais, destacando-se desde já que nenhum conhecimento encontra-se acabado, ou seja, esgotado. Como bem esclarece Virgínia Fontes, analisar os clássicos é um exercício que deve ter por objetivo maior servir de ponte para a análise do presente. Retornar ao passado significa buscar ferramentas que possibilitem uma viagem segura e orientada, a fim de que não sejam reproduzidas e disseminadas novas farsas na consideração do real e de suas múltiplas determinações.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

Sabe-se que o modo de produção capitalista não se desenvolveu e, tampouco continua a se desenvolver e buscar sua progressiva legitimação de modo linear e análogo em todos os territórios do globo nos quais vigora. Segundo Chasin (2000), o conceito de modo de produção não pode ser entendido de forma resumida e fragmentária, mas sim como uma “totalidade anatomicamente ordenada e em processo”. Logo, pensar na categoria modo de produção, sobretudo no caso da sociedade brasileira, constitui-se em um exercício que, inscrito na perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético de Marx, considera que a totalidade deve estar sempre pronta a acolher o particular concreto.

Para Florestan Fernandes (2005), a “era da modernização do Brasil” não se originou como um fenômeno sazonado do desenvolvimento interno do capitalismo, ao contrário, para o autor, tal desenvolvimento se configura a partir da crise do antigo sistema colonial. Nesse sentido, segundo Fernandes (2005), não é característico ao capitalismo um exclusivo modelo de desenvolvimento, de cunho universal e invariável, haja vista que na evolução histórica estão registrados diferentes padrões de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Fernandes (2005) sublinha três fases do desenvolvimento capitalista no Brasil e destaca que nenhuma dessas fases representou uma cópia idêntica do mesmo processo ocorrido nas nações centrais e hegemônicas. Muito ao revés, as três situações apresentadas pelo autor refletem a realidade e a particularidade de uma nação periférica, heterônoma e de origem colonial. Assim, tendo em vista a vigência do regime de trabalho escravo, bem como as motivações das classes dominantes, segundo o autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil, em nenhuma de suas fases, conseguiu impor:

- 1º: a ruptura com a associação dependente em relação ao exterior ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista;
- 2º: a desagregação integral do antigo regime e de suas sequelas, ou seja, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação;
- 3º: e a superação do subdesenvolvimento inerente à influência imperialista na economia interna e à extrema concentração social e regional da riqueza produzida.

Nessa direção, segundo Fernandes (2005), isto significa que, por ser sempre dinamizado socialmente pelos estamentos ou pelas classes dominantes e a vigência de seus comportamentos particularistas e egocêntricos, o desenvolvimento capitalista brasileiro tornou-se intrinsecamente compatível com a dinâmica de dominação imperialista externa na qual vigora a exclusão em escalas consideráveis da população alijada do mercado e da produção especificamente capitalistas, bem como a existência de movimentos socioeconômicos “débeis e oscilantes” que, via de regra, eram insuficientes para impulsionar a universalização genuína do trabalho livre. Por tudo isso, de acordo com a argumentação do autor, faz-se necessário explicitar que a dependência e o subdesenvolvimento, marcas da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, não foram “impostos de fora para dentro”, mas compõem a estratégia pela qual as classes dominantes dimensionaram a construção do capitalismo nacional como realidade econômica e humana.

Como salienta Fernandes (2005), a transformação capitalista pretendida definia-se a partir de interesses particularistas e egoístas dos estamentos e classes dominantes, e não a partir da Nação em sua integralidade. Assim,

(...) a Nação não chega a ser definida como objetivo central do desenvolvimento capitalista, invariavelmente centrado, através das mudanças mais ou menos profundas ocorridas em cada fase, sobre alvos coletivos particularistas, os quais

preenchiam a função de fundir os desígnios dos estamentos ou das classes dominantes com os fins econômicos e extra-econômicos da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005, p.224).

Nas linhas que seguem apresentar-se-á, na sequência da discussão de Florestan Fernandes, as fases do desenvolvimento capitalista no Brasil registradas pelo referido autor. Nessa perspectiva, concorda-se com Mazzeo (1997) quando este afirma que ao se estudar uma realidade social, o primordial é situá-la no contexto da “relação universal-particular”, ou seja, ao nível do modo de produção que a representa. Não obstante, segundo o autor, no que se refere ao modo de produção capitalista (estruturado como universalidade), as formações sociais apresentam-se enquanto particularidades que “materializam e contêm essa universalidade” modo de produção capitalista. Nas palavras do autor:

De fato, são as particularidades que dão os nexos à universalidade, que, por sua vez, dá o próprio “sentido” real à singularidade, remontando-a à universalidade, enquanto concreção mesma (MAZZEO, 1997, p.19).

Nesse ínterim, segundo Fernandes (2005), as três fases do desenvolvimento capitalista evidenciadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser sinalizadas da seguinte forma:

- a) A fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno;
- b) A fase de expansão e consolidação do capitalismo competitivo;
- c) E, finalmente, a fase de surgimento do capitalismo monopolista.

Grosso modo, pode-se afirmar que a fase de manifestação do mercado capitalista moderno refere-se a uma fase de transição neocolonial, sendo que sua delimitação pode ser traçada da abertura dos portos até metade do século XIX, tendo como referência do cenário histórico a evidente crise estrutural do sistema escravista. Já a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo está assentada na consolidação e difusão desse mercado e, concomitantemente, em seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. A referida fase compreende o período de cimentação da economia urbano-industrial, bem como a primeira transição industrial realmente importante. Logo, estende-se do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. Por fim, porém não menos importante, a fase de surgimento do capitalismo monopolista é representada pelo reordenamento do mercado e do sistema de produção mediante manobras comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” de origem essencialmente estrangeira, mas também estatal ou mista. E, somente após a Revolução de 1964, o capitalismo monopolista assume caráter estrutural no país.

Dessa maneira, tendo por orientação compreender a relevância do mercado capitalista moderno, Fernandes (2005) aponta três casamentos distintos, mas que considerados em conjunto definem o que o mesmo representa para a dinâmica da vida econômica.

Assim, em um primeiro momento verifica-se a união da economia interna ao mercado mundial e ao mercado externo hegemônico que como se sabe, trata-se da Inglaterra. Distintamente do mercado colonial, o mercado capitalista moderno tem a função de afluir dinamismos bastante significativos na economia brasileira, transformando-o em um polo de rápido crescimento econômico. Logo, sua principal tarefa é absorver e reorientar o impacto modernizador, sobretudo no nível institucional do mercado externo, o qual opera como exportador do desenvolvimento econômico capitalista, cujo objetivo não é tão somente exportar firmas, controles econômicos e produtos acabados, mas principalmente se apropriar, ainda que indiretamente, da maior parcela possível do excedente econômico produzido.

Prosseguindo na argumentação do autor, o segundo casamento dá-se entre o mercado capitalista moderno e a cidade, juntamente com sua população, o que impulsiona o crescimento e funcionamento desse mercado. A partir de então, o mercado capitalista moderno adquire “vida própria”, haja vista o incremento nas potencialidades de crescer via mercado interno, seguindo os requisitos do estilo urbano de vida em

expansão e, também, dos padrões de gosto e de consumo da população do país.

E o terceiro enlace apresentado por Fernandes (2005) é o do mercado capitalista moderno ao sistema de produção escravista. Segundo o autor, muitos acreditam que esse enlace já existia. Entretanto, as semelhanças que muitos podem encontrar, sobretudo com relação ao sistema colonial, adverte, são morfológicas e não necessariamente funcionais e estruturais. O autor explicita que sob o sistema colonial assiste-se a um escoamento excessivo e rígido do excedente econômico, o que contribui para deixar o mercado correspondente sem qualquer função econômica de regulação no fluxo da expropriação colonial. No mais, torna-se oportuno destacar que esse movimento acontece de fora pra dentro, mediante mecanismos administrativos, políticos e legais que, em conjunto, dispensam a intervenção reguladora do mercado. Não obstante, através do novo mercado, as parcelas do excedente econômico, detidas no interior do país, encontram formas de aplicação reprodutiva externamente ao circuito da produção escravista. Por tudo isso, esse mercado, de acordo com Fernandes (2005), intensifica a transição do entesouramento tradicionalista e da acumulação por estamentos para transações de cunho especulativo de caráter mais abstrato e complexo, assentadas na crença de que são mais seguras e que podem incrementar o volume do dinheiro, do crédito e, porque não, da “riqueza materializada em ouro, propriedades ou valores”.

Desde então,

Por meio dessa evolução, a cidade passa a monopolizar, de forma crescente e mais intensa, as funções de centro estratégico de reaplicação do excedente econômico e de foco de integração do mercado interno. O que quer dizer que o padrão de desenvolvimento neocolonial é profundamente diverso do padrão colonial de desenvolvimento. Pois, por seu intermédio, a cidade sai do marasmo econômico e passa, com vigor crescente, a satelitizar tanto o fluxo e o crescimento do comércio interno quanto a produção escravista (2005, p. 266-7).

Contudo, a revolução urbana propiciada, em decorrência da natureza e do funcionamento do mercado capitalista estabelecida nas cidades-chave, surge desmembrada de transformação semelhante e correspondente do sistema de produção escravista. Segundo o autor, engenhos e fazendas permanecem na era do trabalho escravo a fim de que a complicada transição neocolonial se concretize e, também, para iniciar a revolução urbana. Nessa via, cabe sinalizar que, por um período de cinco a seis décadas o padrão de desenvolvimento em voga não resultou sequer em um discreto impulso nas relações de intercâmbio com o mercado mundial, além de uma paulatina ligeireza do crescimento urbano-comercial, o que, como destaca Fernandes (2005), não foi suficiente para a conversão em uma fonte de política revolucionária.

A segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, segundo Florestan Fernandes (2005), refere-se à emergência e expansão do capitalismo competitivo. Nessa perspectiva, para o autor, a constituição de uma economia capitalista competitiva nas circunstâncias demográficas, econômicas, sociais e políticas características de uma sociedade escravista não dependem, simplesmente, da consolidação, mas também do grau de disseminação conquistado pelo mercado capitalista moderno. Para Fernandes (2005), o referido mercado necessita crescer em termos de tamanho, diferenciação e intensidade financeira para tornar-se uma fonte de impulso financeiro à formação de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades socioeconômicas do setor urbano e às funções de saturação econômica que o próprio deve preencher em relação às unidades escravistas, de trabalho livre ou semilivre e mistas da economia agrária.

Faz-se necessário, a partir das análises de Florestan Fernandes (2005), sinalizar que o crescimento do mercado capitalista moderno liga-se à ampliação constante das populações urbanas, especialmente nas cidades centrais para o reordenamento geográfico, econômico, sociocultural e político que a transformação em tela reclama. Segundo o autor, os movimentos demográficos direcionados aos grandes centros arrasta uma gama diferenciada de pessoas. Porém, nota-se que considerável parcela compõe-se de grupos de rendas altas e médias, ou seja, são os filhos de famílias tradicionais que, embora empobrecidas, buscam acessar a massa de prosperidade anunciada. Entre estes figuram tanto nativos quanto estrangeiros, sendo que muitos destes, mais tarde, assumem posições no complexo comercial-financeiro em formação e expansão. Já os

grupos de baixa renda, vindos do exterior, buscam oportunidades no comércio, em ocupações ligadas ao artesanato e em diversos tipos de serviços, incluindo-se os públicos. E, não pode ser diferente, ao lado dessa quota de pessoas tem-se os escravos, os forros e os vários tipos de libertos, todos estes igualmente atraídos pelo processo de urbanização. Destaca-se que para estes últimos verifica-se maior apelo para os serviços domésticos, serviços por aluguel, tarefas braçais e degradantes.

Nessa perspectiva, o autor pondera que

(...) as pressões dinâmicas do mercado mundial, embora fossem de outra natureza, coincidiam com as pressões dinâmicas do mercado interno: o mercado capitalista tinha que fazer face às operações comerciais e financeiras que se impunham, seja de fora pra dentro, seja a partir de dentro. O crescimento econômico interno, nas condições oferecidas por uma economia nacional de articulação de um setor arcaico pré-capitalista atingira seu ponto de maturação, o que fazia com que os efeitos da consolidação, da irradiação e da disseminação do mercado capitalista moderno se voltassem sobre si mesmo, exigindo que transformações quantitativas se convertessem em transformações qualitativas com maior diferenciação setorial ou regional e com maior integração em escala nacional daquele mercado. Em suma, passara a fase pioneira (idem, 2005, p.271).

De fato, o padrão de desenvolvimento capitalista da economia competitiva, conforme assegurado pelo autor, elabora-se no decorrer de uma evolução semissecular. Contudo, a dinâmica do mercado, que pode propiciar a diferenciação do sistema econômico aparece precocemente, o que condiciona e estimula a formação progressiva de formas capitalistas de produção nas cidades. Desde então, com o surgimento de formas mais ou menos elementares de produção capitalista, diversos artigos de consumo cotidiano passam a ser produzidos internamente. Entretanto, o modelo de mercado referente ao nível de desenvolvimento capitalista em voga não estabelece pressão, tampouco promove a fusão de formas tradicionais de produção artesanal e, muito menos, a intensificação da produção manufatureira. Como demonstra Florestan (2005), o comércio permanece como o polo dinamizador do sistema de importação e exportação organizado quando do período neocolonial. Assim, na medida em que se estabelece e se expande, tanto territorial quanto socialmente, o mercado capitalista típico de uma economia competitiva, as pressões sobre o contraste e restabelecimento do sistema econômico aumentam qualitativa e quantitativamente. Desde então, assiste-se a um impulso industrial vertiginoso, consideravelmente ancorado nos dinamismos do mercado, aos quais, em reações de conjunto, ele contribui para fortalecer.

Nessa via, Fernandes (2005) sustenta que o padrão de desenvolvimento de uma economia capitalista competitiva assenta-se em uma dupla articulação:

1º: de modo interno, mediante a articulação do setor arcaico ao moderno, ou urbano-comercial, resultando em sua transformação em um setor urbano-industrial;

2º: de modo externo, em virtude da articulação do complexo econômico agrário exportador às economias capitalistas centrais.

Nessa via, Florestan Fernandes (2005) adverte que o movimento global da transformação capitalista, sobretudo na particularidade do capitalismo competitivo dependente, necessita de cuidadosa análise sociológica. Segundo o autor,

Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem. As consequências desses processos, nos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente numerosa para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não ser suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena burguesia cada vez mais volumosa e

agressiva (competição por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades – eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a performance do desenvolvimento econômico capitalista competitivo dependente (2005, p. 292-93).

Finalmente, na história do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, a terceira fase que este assume no país refere-se à emergência e expansão do capitalismo monopolista. Nesse sentido, segundo o autor, no que diz respeito à periferia, a transição para o capitalismo monopolista constitui-se um processo muito mais complexo e difícil se comparado às eclosões dos mercados capitalistas moderno e competitivo.

Segundo o autor, a economia brasileira, nessa fase de seu desenvolvimento, relaciona-se em conformidade a forma típica que assume com referência a parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia. Nesse sentido, operando através de filiais, ou mediante concessionárias, as grandes empresas surgem no país quase que de forma simultânea ao próprio aparecimento nas economias centrais, movidas por objetivos sensivelmente especulativos.

Tais conglomerados empresariais atuam, aqui, principalmente nos ramos da produção e fornecimento de energia elétrica; operação de serviços públicos (transporte de bonde, trem; gás; telefonia); exportação de produtos agrícolas e derivados industrializados, carnes, minérios; produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno; loteamento de terrenos, com construção de casas ou venda de terras para a agricultura; operações de crédito, de financiamento e bancárias; projetos de desenvolvimento agrícola ou urbano, em estreita conexão com a iniciativa privada e o poder público.

Entretanto, Fernandes (2005) destaca que todas essas atividades não contribuem para a emergência e difusão do capitalismo monopolista a partir de dentro. Ao contrário, as matérias-primas, bem como as parcelas do excedente econômico drenadas para fora alimentam a expansão do capitalismo monopolista nas próprias economias centrais. Assim, tais transformações contribuem para dar maior vitalidade ao padrão de desenvolvimento econômico característico do capitalismo dependente.

Nessa linha de argumentação, Paul Singer (1977) levanta a problemática do emprego nas sociedades capitalistas não desenvolvidas, pois, segundo o autor, todo o cenário de pontual complexidade e heterogeneidade do trabalho, com destaque para os países periféricos, constitui-se relevante tendo em vista que o processo de desenvolvimento das forças produtivas nessas formações sociais não absorve os recursos humanos disponíveis. Logo, não são todos os adultos em idade de trabalhar que possuem um emprego com uma remuneração que garanta, minimamente, sua sobrevivência. Ainda assim, como bem salientado por Singer (1977), mesmo aqueles que não estão empregados também ganham a vida, ainda que mediante formas precarizadas de trabalho, inscritas na grande maioria nos setores autônomo, de subsistência ou do subemprego. Segundo o autor,

Assim, embora se possa – e em certas circunstâncias se deva, como o fez Marx – analisar o modo capitalista de produção em isolamento, abstraindo os outros modos de produção com ele articulados, esta análise encontra seus limites precisamente nos aspectos em que a interação dos modos de produção é decisiva. A este respeito, a situação de países desenvolvidos e não desenvolvido não é a mesma. Nos primeiros, o capitalismo já destruiu em grande medida os outros modos de produção a ele subordinados, que subsistem apenas marginalmente, mais ou menos como resíduos pré-capitalistas (...). Nos países não desenvolvidos, o capitalismo é o modo de produção dominante, mas consideráveis parcelas da população – em alguns casos, constituindo a maioria, - estão ainda inseridas em outros modos de produção. O desenvolvimento capitalista consiste precisamente na expansão do capitalismo e na destruição consequente dos outros modos de produção a ele subordinados na mesma formação socioeconômica. O fato de que esse processo

não está ainda consumado é a “prova”, por assim dizer, que a economia em questão é não desenvolvida (1977, p. 5).

Nesse horizonte, o autor sinaliza que o processo de crescimento da economia capitalista nas sociedades dependentes, com destaque para o Brasil, foi realizado através do mecanismo conhecido como substituição de importação, sendo este materializado pela importação de tecnologia dos países desenvolvidos a fim de que a industrialização dos países periféricos se viabilizasse. Desde então, uma das características dessa dinâmica está relacionada ao viés da dependência, visto que, por ser a evolução tecnológica constante, a periferia irá sempre depender de incrementos externos para “sobreviver” no circuito da produção.

Não obstante, Singer (1977) assegura que o desenvolvimento das forças produtivas se manifesta de duas formas contraditórias, quais sejam: por meio de *mudanças de processos* e *novos produtos*. As mudanças de processos ocorrem geralmente em ramos nos quais a substituição de importações já se completou e implica no aumento da composição orgânica do capital no ramo em questão. De acordo com o autor, esse processo objetiva a redução da quantidade total de trabalho socialmente necessário à produção de uma mesma quantidade de valores de uso. Assim, na economia capitalista, qualquer mudança de processo tem por finalidade a redução do emprego.

Já na incorporação de novos produtos verifica-se a ampliação da atividade produtiva e, conseqüentemente, o aumento do emprego. Desse modo, o autor argumenta que nos países que passaram pela experiência do pleno emprego, o desenvolvimento das forças produtivas apenas figura-se possível mediante “mudanças de processos”. Contudo, no que diz respeito às sociedades de economia dependente e periférica, a dinâmica fundamental da acumulação capitalista efetiva-se através do esgotamento do exército industrial de reserva mediante a multiplicação de “novos produtos” e, também, reconstituindo-o através da introdução de “mudanças de processos”.

Dessa maneira, considerando-se que do ponto de vista do capital, a exploração do trabalho social figura como imprescindível a sua expansão e, tendo em vista que o crescimento do emprego é fundamental a acumulação de capital, coloca-se um paradoxo de expressiva importância para se pensar as economias dependentes: a existência de desemprego e subemprego. De fato, para Singer (1977) os países não desenvolvidos concentram parte de sua população em atividades não tipicamente capitalistas, o que contribui para a produção permanente de mão de obra. Logo, conforme sinalizado pelo autor, na periferia, a coexistência de modos de produção articulados acaba por alimentar os ímpetus de acumulação do capital e, a existência de um exército industrial de reserva em ocupações de informalidade e subemprego torna-se uma característica peculiar.

Por isso, em países como o Brasil, notícias de que crianças do Rio grande do Norte perdem as digitais na quebra da castanha do caju, bem como a de que cento e onze migrantes do Maranhão, Sergipe, Bahia e Pernambuco são encontrados trabalhando em condições análogas às da escravidão em um aeroporto na cidade de Guarulhos¹ tornam-se “corriqueiras” e compõem o cotidiano das relações sociais do país. De fato, a periferia do capital convive entre as fronteiras do moderno e do arcaico.

Trotsky (1977), em sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado baseada na experiência da Rússia que, segundo o autor, abrigava forças sociais de três distintas etapas do desenvolvimento histórico, tais como elementos feudais, fraca e impopular burguesia, bem como uma indústria capitalista com empresas concentradas, sob o domínio do capital financeiro estrangeiro, aponta para a existência de uma estrutura social profundamente desigual. Não obstante, segundo Trotsky (1977), a origem estrangeira e moderna do capitalismo industrial na Rússia indicava para a fragilidade da burguesia nativa, mas ao mesmo tempo, convivía com um proletariado urbano de grande peso social e político que exercia pressão no aparelho de Estado, o que resultou na revolução de 1917 que, como se sabe, teve por ímpeto a destruição de todas as

¹ Fonte: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/> Acesso em: 25/09/2013.

mazelas resultantes da dominação imperialista no país. Por isso, entende-se que a análise do contexto russo, no qual se visualizam traços pré-capitalistas e capitalistas modernos, configura-se de genuína relevância para se entender a natureza das sociedades capitalistas do atraso, ou seja, das economias de base colonial e dependente.

Nessa perspectiva, Fernandes (2009) ressalta que nas sociedades dependentes, a burguesia não possui organicidade, pois, em virtude de suas articulações com as sociedades capitalistas internacionais, tal burguesia visa tão somente seus próprios interesses. Assim, para o autor, o cenário social e político da América Latina apresentam-se demarcado por revoluções dentro da ordem, por revoltas consentidas pelo capital, tais como a reforma agrária, a educação, dentre tantas outras. Logo, se a burguesia na América Latina elucidou potencial para ser de fato revolucionário, esse viés perdeu-se quando de sua fragilidade de posicionamento diante das prerrogativas internacionais. Segundo o autor,

Protegendo-se contra as ameaças mais fracas, as burguesias latino-americanas condenaram-se à impotência diante das ameaças mais fortes. Não foi nem é tão difícil excluir ou silenciar os setores destituídos e as classes pobres, marginalizando-os dentro ou fora da ordem social competitiva. Como inibir ou controlar os dinamismos desencadeados pelas economias hegemônicas em uma economia dependente? Essa questão foi ignorada ou mal respondida pela burguesia da América Latina, mesmo as mais patrióticas e nacionalistas. Em consequência, viram-se superadas pelos fatos, tanto nos países nos quais conquistaram sua hegemonia de classe por meios relativamente pacíficos (como na Argentina) quanto em países nos quais sua hegemonia de classe foi lograda por vias cruentas (como no México). No final, de uma maneira ou de outra, tiveram de ceder terreno às evoluções externas do capitalismo, de colocar em segundo plano a revolução nacional e de exercer suas funções de liderança ou de dominação como uma plutocracia compósita, minada a partir de dentro pelos interesses, valores e influências sociais de sociedades hegemônicas. Nesse sentido, elas foram os artífices do capitalismo dependente. Escolheram-no e fortaleceram como alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem e significado ou consequências coloniais, diante das quais “as desigualdades de classe” têm o caráter de uma *conquista democrática* (2009 p. 63-4).

Portanto, nas linhas que seguem dar-se-á continuidade a presente discussão concedendo-se destaque à burguesia brasileira que nasceu com o desenvolvimento do capitalismo dependente e periférico.

3. A BURGUESIA BRASILEIRA: HISTÓRIA DE DOMINAÇÃO AUTOCRÁTICA

Segundo Chasin (2000), no Brasil, como também na maioria dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi precedida por um período de ilusões humanistas e de tentativas, ainda que utópicas, de forjar o cidadão e a comunidade democrática. Os movimentos realizados nessa direção marcaram-se por agitações superficiais, desprovidas de viés genuinamente nacional e popular. Segundo o autor, no Brasil, a burguesia se aliou às antigas classes dominantes e operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Desse modo, quando as transformações políticas faziam-se necessárias, as mesmas eram feitas pelo alto, mediante conciliações e concessões mútuas, sem que o povo pudesse participar e impor, coletivamente, sua vontade. Ou seja, de acordo com o autor, o capitalismo brasileiro, ao passo de promover uma transformação social revolucionária, contribuiu, organicamente, para ressaltar o isolamento e a solidão, “a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada” (2000, p. 54).

Segundo Fernandes (2005), o conceito de Revolução Burguesa está intimamente ligado ao

desenvolvimento capitalista, que resulta em um conjunto de transformações sociais, econômicas, tecnológicas, psicoculturais e políticas. Assim sendo, o autor, em sua análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, não considera a ocorrência de uma crise do poder oligárquico, mas sim uma reordenação da estrutura do poder. Logo, a forma de dominação burguesa que marca o início da modernidade brasileira efetiva-se a partir da transição da era senhorial como antigo regime para a era burguesa ou sociedade de classes. Não obstante, esclarece que a modernidade se constrói de forma lenta e gradual, solta e sem precisão, não abarcando a todos, mas de forma restrita, levando à continuidade das velhas formas que reserva privilégios a um certo grupo dominante.

Para Fernandes (2005), a burguesia apresenta como concepção de modernização tão somente o ponto de vista econômico e empresarial, logo, não objetiva envolver toda a nação e, quando ousa ultrapassar limites, não o faz tendo em vista alcançar a civilidade, mas sim para demonstrar civilidade. Nessa via, o autor destaca que a burguesia nacional apresenta uma particularidade que a distingue das outras burguesias que se refere ao fato de que a dominação burguesa brasileira se estabelece essencialmente na esfera política, ao passo que burguesias de outros países criam instituições próprias de poder que propiciam o estabelecimento do controle social utilizando o Estado somente em situações mais difíceis, exatamente o oposto da burguesia nacional.

Segundo Florestan Fernandes (2005), a burguesia nacional se associa a procedimentos autocráticos em virtude de acordo mantido entre as elites das classes dominantes que visa reforçar o caráter despótico mesmo sob a pecha de ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem, bem como os dispositivos do Estado representativo. Segundo o autor, tal situação resulta em conflito no interior dos setores dominantes e dirigente, o que contribui para enfraquecer a dominação burguesa, evitando sua concretização de modo monolítico e invulnerável.

Como sinalizado pelo autor, o contexto em questão contribui para o aparecimento de uma oposição destacada dentro da ordem e a partir de cima. Sob o regime escravocrata e senhorial, a aristocracia pode conter e, até mesmo impedir, esse tipo de oposição, deixando as divergências toleradas nos limites de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos. Em contrapartida, a emergência do regime de classes fragmenta os interesses das classes dominantes e alarga o cenário de potenciais conflitos, o que possibilita o surgimento de uma oposição de baixo pra cima, difícil de controlar e facilmente conversível em oposição à ordem.

Como esclarece Fernandes (1976), assim como no caso das análises referentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, até recentemente, apenas eram aceitas interpretativamente como Revolução Burguesa manifestações que estivessem próximas tipicamente dos “casos clássicos”, nas quais se verificasse o máximo de fluidez nas relações de reciprocidade entre a transformação capitalista e a dominação burguesa. Nesse sentido, segundo o autor, tal interpretação deixava de considerar a relevância do significado empírico, teórico e histórico dos “casos comuns”.

Por esse motivo, cabe ressaltar que, na trilha das análises de Florestan Fernandes, ganha destaque na presente exposição o caráter da Revolução Burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida, exclusivamente o Brasil.

Fernandes (1976) aponta que as Revoluções Burguesas “retardatárias” da parte dependente e subdesenvolvida da periferia foram afetadas pelas transformações que ocorreram nas economias capitalistas centrais e hegemônicas e, concomitantemente, tais transformações contribuíram para esvaziar historicamente, de forma direta ou indireta, os papéis econômicos, sociais e políticos das burguesias periféricas. Assim, tais burguesias viram-se desprovidas da base material para a concretização dos referidos papéis em decorrência dos efeitos convergentes e multiplicativos da drenagem do excedente econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas e da dominação imperialista.

Entretanto, segundo o autor, há que se considerar que a questão em voga não é unilateral. Logo, as burguesias que chegaram ao ápice de suas possibilidades, e em um cenário tão adverso, viram-se no patrocínio de uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário. Para

Fernandes², a Revolução Burguesa nas economias dependentes é parte da “Revolução Burguesa” por compor um processo que se estende no tempo e se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente, com objetivos antagônicos. Assim sendo, pode-se considerar que tais burguesias pretendem efetivar uma revolução que, para as outras classes, constitui-se na própria contrarrevolução.

Outro ponto a ser destacado, a partir da análise de Florestan, refere-se ao fato de que as burguesias sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido não podem ser consideradas como simples “burguesias compradoras”, pois, de fato, elas detêm inegavelmente:

- Forte poder econômico, social e político de base e alcance nacionais;
- O controle da maquinaria do Estado nacional;
- E suporte externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão inerentes à dominação burguesa.

Por isso mesmo, segundo o autor, torna-se visivelmente difícil desmobilizar essas burguesias através de pressões e conflitos mantidos no interior da ordem, haja vista ser quase impossível utilizar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer emergir com força notável as contradições de classe, recrudescidas sob as circunstâncias do desenvolvimento capitalista subdesenvolvido e periférico.

Desse modo, o foco principal da análise refere-se à conexão da dominação burguesa com a transformação capitalista sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido na fase mais adiantada de eclosão industrial. Assim, o que se coloca são a forma, natureza e funções da dominação burguesa no cenário de passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, sem a desagregação do viés duplamente articulado da economia brasileira e, claro, com o enrijecimento da dominação imperialista externa.

Nessa perspectiva, conforme adverte Fernandes (1976), é de muita ingenuidade considerar, tendo em vista o contexto exposto, alternativas utópicas da burguesia, como por exemplo, que a ampliação e a aceleração do desenvolvimento industrial colocariam fim ao atraso econômico, diluindo o caráter duplamente articulado da economia brasileira. Ao contrário, como salienta o autor, um maior controle do “atraso econômico” não está diretamente relacionado à supressão da dependência e do subdesenvolvimento³.

No Brasil, as classes burguesas tiveram por objetivo compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo. Para isto, posicionaram-se politicamente, diante da dupla articulação de forma “realista” e “pragmática” em uma notável demonstração de sua racionalidade burguesa. De acordo com Fernandes, na égide do capitalismo dependente a revolução nacional constitui o legítimo eixo político da dominação burguesa e, principalmente, do controle do Estado pela burguesia.

Assim, nesta revolução, o que está em jogo não são as premissas igualitárias de uma comunidade política nacional, relativamente complexa e heterogênea, mas sim até que ponto determinados interesses especificamente de classe apresenta possibilidades de serem universalizados, ou seja, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e considerados como se fossem “os interesses da Nação como um todo.” Logo, a revolução burguesa significa, sob o referido contexto histórico-social e político: integração horizontal dos interesses das classes, bem como possibilidade de impor os mesmos interesses a toda a comunidade nacional mediante a coerção e com legitimidade.

Nessa via, o problema central da revolução para as classes burguesas reside na integração nacional de uma economia capitalista em diferenciação e crescimento, nos marcos das condições e dos efeitos inerentes à dupla articulação que, ressalta-se, é representada pelo desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa. O seu objetivo é efetivar a consolidação da dominação burguesa ao nível

² *Idem.*

³ Segundo Florestan Fernandes (1976), “a dupla articulação: o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação.”

político, tendo em vista a criação de uma base política que dê suporte à continuidade da transformação capitalista, o que, segundo Fernandes (1976) de modo algum representa um processo simples em virtude de dois fatores:

- 1) Conflitos faccionais no bloco burguês;
- 2) E da pressão de baixo para cima, visível ou não, das classes operárias e destituídas.

A revolução nacional, no cenário do capitalismo dependente, segundo o autor, estabelece um tipo particular de dominação burguesa, qual seja, a que subsiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, colocando-se acima e até mesmo negando os rompantes integrativos derivados. Destarte, verifica-se, desse modo, um despotismo burguês e uma sensível cisão entre sociedade civil e nação. Resultado: as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (os participantes da ordem social competitiva) e reduzir a nação a um ente abstrato (ficção legal útil) de modo a encarnar a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida” (idem, 1976, p. 302).

Nesse aspecto, a dominação burguesa, considerada nesse contexto sócio-histórico, não é apenas uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Na verdade, ela absorve toda a rede de ação de autodefesa e repressão, composta pelas instituições relacionadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma superestrutura de repressão e de bloqueio, a qual torna a dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo.”

Cabe destacar, na presente discussão, a partir da análise de Mazzeo (1997), que o processo de ascensão revolucionária da burguesia propicia o espaço histórico para a expressiva participação e organização das massas populares, tanto no processo da guerra civil inglesa, quanto no, qualitativamente mais radical, processo revolucionário francês. Percebe-se, de igual modo, a destruição integral do que restava da ordem feudal, haja vista que a luta de classes, nas referidas formações sociais, adquire notável caráter de desenvolvimento capitalista, na extensão de seu conjunto estrutural. Logo, no quadro histórico de tais revoluções, destaca-se o liberalismo como expressão teórico-ideológica objetiva do momento essencialmente revolucionário de um modo de produção e de sua vanguarda – a burguesia. Segundo o autor, o processo descrito refere-se à via clássica de desenvolvimento das forças produtivas em moldes capitalistas.

Nessa via, entende-se ser oportuno e relevante mencionar, conforme expõem Mazzeo (1997), sobretudo para se pensar a formação social brasileira, o segundo “caminho” do avanço das forças produtivas capitalistas que, segundo o autor, Lênin denominou de “via prussiana” do desenvolvimento burguês, onde, ao contrário do que ocorreu nas formações sociais de “via clássica”, tem-se uma burguesia que abandonou a trilha histórica da ruptura revolucionária com o feudalismo. Assim,

(...) Nessa forma social de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *junker*, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação. Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário. A revolução burguesa dá lugar à reforma modernizadora, onde a nobreza *junker* se apossa do aparelho de Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização. Nesse sentido, o novo paga um grande e pesado tributo ao velho que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente. A necessidade de unificação do país e a fragilidade de sua burguesia industrial impediram-na de romper revolucionariamente com a arcaica burocracia feudal sem desencadear um grande processo revolucionário (idem, 1997, p. 113-

14).

Consolida-se, desse modo, uma aliança conciliatória com a nobreza *junker*, que se materializa numa forma de Estado que seria o reflexo de todo o atraso econômico-industrial do capitalismo alemão, cujo processo de acumulação realiza-se no interior de uma estrutura produtiva feudal em desarticulação, no qual a industrialização acontece no período posterior ao da Inglaterra e da França. Assim, de acordo com o autor, pode-se afirmar que o caminho prussiano de desenvolvimento capitalista é historicamente de menor “generosidade” se comparado com o da “via clássica”. Enquanto, no segundo, o processo de desenvolvimento acaba por libertar o camponês das teias da servidão feudal, o primeiro transforma essa servidão em grades capitalistas. Porém, as referidas “sobrevivências” feudais não foram determinantes para impedir o desenvolvimento industrial alemão, um desenvolvimento que não se originou, como o inglês e o francês, nos marcos da manufatura, mas já no século XIX, no cenário de um capitalismo moderno. Assim,

(...) se a burguesia francesa encontrou, durante sua luta contra o *Ancien Régime*, uma massa socialmente informe e pôde englobá-la no amplo espectro do “terceiro Estado”, a burguesia alemã, ao contrário, em seu caminho para a industrialização ampliada e para a consolidação da unidade nacional, encontra um proletariado moderno, apesar de incipiente. Surge desse modo, a necessidade de um controle centralizado do aparelho estatal; um Estado autocrático, conduzido por uma ideologia que expresse a conciliação de classes e a manipulação de massas. Daí, para os setores da burguesia alemã mais determinados em eliminar possibilidades de comoções sociais, principalmente na Prússia, abria-se o caminho mais cômodo de uma articulação de classe, que permitia alijar a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa e, ao mesmo tempo, atingir as metas de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, ainda que renunciando à hegemonia política dentro do aparelho de Estado (MAZZEO, 1997, p. 115).

Nessa perspectiva, na trilha da argumentação de Mazzeo (1997), considera-se de fundamental relevância refletir como se dá o “caminho” capitalista das formações sociais de origem colonial. Segundo o autor, destacados autores brasileiros, ao desenvolverem suas análises sobre as formações sociais a partir de suas determinações particulares, tomam como ponto de partida a conceituação leniniana de “via prussiana”, tendo em vista adaptar o referido conceito ao contexto da formação social brasileira, uma vez que o processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, conforme visto acima, guarda consideráveis semelhanças ao caso prussiano. Chasin (2000), ao discutir sobre a “via colonial de entificação do capitalismo”, também utiliza a conceituação de Lênin, porém, ao elevá-la à especificidade da particularidade histórica brasileira, alcança a concepção de “via colonial” do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Segundo Mazzeo (1997), na Alemanha como no Brasil, tem-se um contexto no qual a unidade nacional é imposta de cima para baixo. A nobreza *junker*, na realidade, configura-se numa burguesia com título de nobreza. Para o autor, algo semelhante acontece com a “nobreza” brasileira, que herda o formato da fidalguia de Portugal. Logo, visualiza-se que o processo de constituição do Estado nacional exclui a participação ativa das massas, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Entretanto, as referidas semelhanças formais expressam diferenças de caráter estrutural e, por isso, a dimensão colonial apresenta-se historicamente legítima. Ainda assim, partindo das lições metodológicas de Marx, sabe-se que o aspecto formal, indissociável de seu conteúdo e elevado à sua expressão de concreticidade, concedem à formação social brasileira a sua essência. Nas palavras do autor,

O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de

análise da entificação do capitalismo. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “via prussiano-colonial” é a que mais expressa sua geneticidade porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertrdia”, como quer Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil (idem, 1997, p. 123).

Dessa maneira, há que se considerar que é inconsistente pensar a revolução burguesa no Brasil descolada da difusão das ideias liberais no país desde a sua colonização. Destarte, segundo Mazzeo (1997), as ideias liberais chegam à colônia através do mercantilismo ilustrado português. Nessa via, se em Portugal a inexistência das condições históricas figura-se vital para o insucesso de uma burguesia revolucionária, no Brasil, essa situação é sensivelmente mais grave, haja vista ser a escravidão o maior obstáculo para a consolidação da ideologia liberal.

Nesse sentido, no Brasil, segundo o autor, o liberalismo é absorvido, ainda que de forma restrita, na esfera econômica, restringindo-se ao direito de livre comércio e produção, sendo que esta produção limita-se à agricultura. No campo político, Mazzeo salienta que o tripé liberdade, igualdade e fraternidade dos revolucionários franceses e norte-americanos, ou seja, a noção clássica de sociedade civil burguesa limita-se aos possuidores de terras, escravos e dinheiro. Logo, visualiza-se que é exatamente a concreticidade do arsenal produtivo que inviabiliza, na prática, os princípios liberal-revolucionários. De fato, ainda que subordinada às relações inescrupulosas do capital industrial, a luta dos liberais no contexto europeu objetiva a liberdade ampliada do homem e, de igual modo, a concepção de sociedade civil que nasce na Europa é consideravelmente inovadora frente às restrições de caráter absolutista.

Já no Brasil, conforme demonstra o autor, as relações de produção trilham um caminho eminentemente diferente, sobretudo levando-se em consideração sua especificidade superestrutural derivada da escravidão capitalista. Para Mazzeo (1997), a ausência de relações capitalistas industriais e, por conseguinte, do proletariado, torna inviável a implantação de quaisquer aproximações, no âmbito das relações sociais, com as reais perspectivas liberal-revolucionárias. Assim, oposta à liberdade pessoal que o universalismo burguês apregoa, a estrutura escravista ornamenta, tanto no interior das relações sociais quanto no aspecto ideológico, a manipulação que sustenta o controle e a marginalização das massas populares. Conforme destaca o autor,

Comparando-se, então, com a “via prussiana”, entendemos que no Brasil o sentido da Independência é que, parafraseando Lukács, também o sentido da articulação “pelo alto” apresenta uma aparência de exterioridade desconexa de sua real interioridade. No entanto, se na “via prussiana” o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde “capitalista verdadeiro”, na “via prussiano-colonial”, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico (idem, 1997, p. 125).

No Brasil, a Independência aproxima-se muito mais da contrarrevolução do que da revolução, em uma relação na qual a conciliação com o velho imprime ao novo uma exterioridade ausente de sentido concreto. Como bem ressalta o autor, a premissa de separação total em relação a Portugal efetiva-se quando se verifica ser impossível manter a monarquia dual mediante a conservação da autonomia comercial brasileira. Fica nítido, desde então, que as ideias liberais são utilizadas no Brasil com interesses mesquinhos, mas que acompanham, ainda que de forma intensamente limitada, os processos emancipatórios de outros países do Continente.

Segundo Mazzeo (1997), a Revolução Americana proporcionou um duplo aprendizado para a burguesia brasileira. Em primeiro lugar, demonstrou que a participação das massas no processo revolucionário contribuiu para encurtar o espaço de privilégios e de mando político. E em segundo lugar, de acordo com o autor, a lição da América Central deixou nítido que a generalização de ideais revolucionários nas massas oprimidas podia ser prejudicial à perfeita e harmoniosa manutenção do poder irrestrito dos exploradores, a exemplo do que aconteceu no Haiti. Não obstante, exatamente nesse contexto residia o terror às massas populares e o pesadelo incessante da revolta dos negros.

Nessa via, cabe ressaltar que a sociedade escravista no Brasil não se efetiva simplesmente nas práticas tidas como usuais, ou seja, aquelas expressas na coerção violenta. Tal prática apresenta-se corriqueira aos escravos e, por isso mesmo, difícil de ocultar. De fato, ao lado da coerção violenta, verificam-se tão opressora quanto, uma forma dissimulada e manipulatória de coação, cuja expressão maior assenta-se no “paternalismo”, na “ideologia do favor”⁴, uma mazela terrível e que paira sobre a formação social brasileira até os dias atuais. Dessa feita, nota-se que a formação social escravista no Brasil inviabiliza a fruição do liberalismo e a revolução em sua roupagem clássica. Logo, tal especificidade constitui-se primordial para a conformação de um Estado no qual a violência e o “favor” são fundamentais para manter as massas populares alijadas do cenário político.

Nessa via, há que se considerar que a “crise da Independência” vivenciada no Continente em meados dos anos vinte do século XIX, tendo em vistas as “revoluções” desencadeadas em toda a América, constituía um cenário de perigo e instabilidade aos olhos da burguesia agrária brasileira em decorrência da possibilidade de abertura de uma movimentação social que colocasse em risco o controle político. Além do mais, segundo Mazzeo (1997), a “aristocrática” burguesia brasileira possuía lúcida clareza da grande possibilidade da divisão do território nacional, caso se desenrolasse no Brasil um cenário similar às lutas que promoveram a desintegração da Hispano-América.

Toda a condução política da luta contra Portugal sempre foi realizada, então, na perspectiva dessa burguesia, cautelosa e ciente da necessidade de ter as rédeas do processo em suas mãos, na medida em que o elemento fundamental era a preservação da estrutura econômica colonial do país e de suas relações sociais (idem, 1997, p. 128).

Desse modo, verifica-se que, assim como na Metrópole, a emancipação correspondeu a uma continuação reformada do passado colonial. A independência correspondeu a um processo pacífico de transferência do poder metropolitano para o brasileiro, capitaneada com competência pela classe dominante que, conscientemente, deixa alijada toda a nação.

Há que se destacar que a breve digressão histórica realizada tem por objetivo demonstrar que a “modernização” do Brasil, no que se refere ao cenário mundial do capitalismo, realiza-se tendo por norte a manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, tendo em vista, de modo significativo, a articulação da burguesia agroexportadora com a burguesia industrial britânica. Segundo Mazzeo (1997), no Brasil assiste-se a um processo de conciliação tanto com a estrutura produtiva colonial quanto uma forma de conciliação na qual a burguesia brasileira entrega seu poder econômico a fim de manter seu poder político que, como se sabe, é sensivelmente limitado em virtude das imposições emanadas das potências industriais europeias.

⁴ “Engendrada pela formação social escravista, a “ideologia do favor” aparece como um instrumento de dominação, só que num patamar mais elevado, isto é, o da diluição social, junto aos elementos livres e “semilivres” que a própria estrutura escravista ia criando. É para esses homens “livres” que o “favor” funcionava com o que poderíamos chamar de simulacro, uma relação que se estabelecia como caricatura do universalismo burguês, entre eles e os pertencentes à classe dominante” (MAZZEO, 1997, p.127).

Nessa via, Florestan Fernandes (1976) salienta que o modelo da dupla articulação verificado no desenvolvimento capitalista brasileiro, possibilita que diversos nichos de desenvolvimento econômico pré ou subcapitalistas mantenham estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas, o que resulta em notável empecilho à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarização do trabalhador, bem como ao crescimento do mercado interno. Não obstante, também faz com que a especulação seja plasmada em um cenário que se configura quase inteiramente colonial que puramente capitalista em todas as áreas da atividade econômica. Como bem destacado pelo autor, a dupla articulação propicia que o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa criem e recriem focos de sufocamento no âmago da transformação capitalista.

Dessa dinâmica eis que resulta nas palavras de Fernandes (1976), “um tipo especial de impotência burguesa”, que desloca para o Estado o centro do poder de decisão e de atuação da burguesia. Assim, o que esta não consegue realizar no âmbito privado, tenta alcançar utilizando o aparato, os recursos e o poder estatal. De fato, a fragilidade isolada do setor civil das classes burguesas colocou o Estado no cerne do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que explica a visível atração do referido setor pela associação com os militares e, também, pela militarização do Estado e de seu aparato político-administrativo, contexto que é parte de nossas crises desde a Proclamação da República.

Segundo o autor,

O Estado está no cerne da existência desse padrão de dominação burguesa e, de fato, só ele pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento (idem, 1976, p. 308).

Ianni (2004), afirma que na formação do capitalismo no Brasil, o Estado apresenta-se como um espaço de suma importância para o capital. Segundo o autor, no decorrer do século XX, em virtude do desenvolvimento da industrialização, a dinâmica das forças sociais promove a transformação do Estado em um poderoso centro de dinamização das forças produtivas e relações de produção. Por conseguinte, o Estado divide-se em várias arenas e, de igual modo, cresce sobremaneira a sua presença em todas as instâncias da vida econômica. Ademais, aumenta consideravelmente a presença do capital estrangeiro em praticamente todos os setores da economia, inclusive no setor cultural. Cabe sinalizar, ainda, a partir da análise de Ianni (2004), que o elemento militar contribui para reforçar a importância econômica do Estado na formação e estruturação do capitalismo no Brasil. Desde a década de 1960 desenvolve-se no país o complexo industrial militar articulado no e pelo Estado e, aos poucos, os motivos do Estado, bem como as razões das Forças Armadas, liderada pelo Exército, confundem-se em uma forte economia política.

Nessa direção, como esclarece Fernandes (1976), na égide do capitalismo subdesenvolvido e dependente, a burguesia fica impossibilitada de sustentar-se e impor-se a partir de uma postura de coação, bem como anular os conflitos de classe ancorada exclusivamente nos meios privados de dominação de classe. Como explicita o autor,

(...) a natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa, com sua obstinada identificação com os alvos que ela perseguia, facilitaram o processo de domesticação implícito e particularista do Estado. A dominação das estruturas e das funções do Estado nacional vinculou a dominação burguesa a uma ditadura de classe explícita e institucionalizada de forma tão eficaz que ela jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês convencional (1976, p. 308).

Como argumenta o autor, o desenvolvimento interno do capitalismo não suporta uma burguesia “heroica” e “conquistadora” e, muito menos, poderia alimentar qualquer tipo de igualitarismo, reformismo

ou nacionalismo de cunho burguês. Para Fernandes (1976), para que pudesse bem governar o próprio mundo, a burguesia precisava, primordialmente, conhecê-lo.

Faz-se oportuno mensurar que o tipo de modernização estabelecido no Brasil tinha por objetivo o deslocamento da lealdade à Nação e às premissas ideológicas ou utópicas da revolução nacional que abarcava a fidelidade a causas muito abstratas e supranacionais, tais como: “a solidariedade hemisférica, a solidariedade às nações democráticas ou a defesa da civilização cristã e universal”. De fato, a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e produção se estendeu às superestruturas das relações de poder burguês, além de ter suscitado grande clemência para com atitudes e comportamentos visivelmente contrários aos padrões de comportamento moralmente aceitos pela democracia e pela civilização cristã. Assim, tal contexto amplia o espaço psicológico, cultural e político para o surgimento de um modelo de liberdade de classe muitíssimo egoístico e irresponsável.

Na concepção de Fernandes (1976), a reviravolta ocorrida formatou os fundamentos psicológicos, morais e políticos de modo a enrijecer a dominação burguesa, tornando-a uma potência social especificamente autoritária e totalitária. Nas palavras do autor,

A mudança do horizonte cultural das classes e estratos de classe burgueses serviu de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser “democrática” ou “autoritária” para tornar-se abertamente “totalitária” e contrarrevolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classes preventiva (idem, 1976, p. 316).

Nessa perspectiva, percebe-se que o movimento autocrático-burguês representa uma alternativa que recebe forte e permanente reforço externo. Dessa maneira, o período das ditaduras burguesas preventivas subsume-se a dinamismos que atingem maior eficácia e continuidade se comparado às burguesias nativas da periferia que, fechadas em suas próprias forças, não poderiam desenvolver-se de forma exitosa. Por fim, há que se ter nítido que os recursos de opressão e de repressão de que a dominação burguesa no Brasil dispõe são insuficientes para “eternizar” um processo que é essencialmente transitório.

Na linha de argumentação adotada, faz-se relevante sinalizar, de acordo com Florestan Fernandes (1976), que a adaptação da dominação burguesa ao quadro histórico emergente, imposto pela industrialização em larga escala, pela metropolização dos grandes centros humanos e pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, consolida-se através da multiplicação e o agravamento de conflitos e divergências sociais.

Segundo o autor, a situação em tela apresentava potencial pré-revolucionário em virtude do nível de desagregação, desarticulação e desorientação da dominação burguesa, exposta desde a segunda década do século à “revolução institucional” de 1964, a um progressivo processo de corrosão interna. Desde então, exatamente o crescimento interno da economia capitalista e do regime de classes fez emergir pressões políticas intensas e fundamentais para despertar a solidariedade de classes burguesa. Nesse caso, Fernandes (1976) esclarece que “as pressões dentro da ordem”, pressões essas que propiciavam que classes ou estratos de classe burgueses pudessem se autoprotoger ou se autoprivilegiar, alargaram as fronteiras burguesas e as identificações pró-burguesas. Assim,

(...) as classes e os estratos de classe burgueses não tinham como servir-se do radicalismo burguês para captar a simpatia e o apoio das massas populares sem aprofundar seus conflitos entre si e sem arriscar os fundamentos materiais e políticos da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido (FERNANDES, 1976, p. 324).

Nesse contexto, o autor sinaliza que o Estado transformou-se em uma espetacular organização administrativa e numa notável força socioeconômica. Desde então, o Estado passou a expressar um temor, pois começou a ser visto em sua expressão fantasmagórica, haja vista que o deslocamento alcançado acabava

por representar certa perda do “controle burguês” sobre as ações estatais, o que ao cabo, poderia resultar em consequências desvantajosas para a “iniciativa privada” e a liberdade burguesa. Entretanto, o fato é que fora do monopólio do Estado o poder burguês seria esvaziado e o vislumbamento de tal possibilidade minou os grupos burgueses que transitavam pelos campos do radicalismo burguês e da “demagogia populista”.

Nesse clima, Fernandes (1976) pontua que o grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das classes e estratos de classe burgueses era insuficiente para dinamizar qualquer particularidade de consenso burguês de cariz democrático. Assim, as pressões no interior da ordem foram entendidas como pressões antagônicas à ordem, o que resultou no aviltamento do sistema de opressão e repressão que destinava aos setores conservadores da burguesia o monopólio de selecionar e de introduzir as novidades historicamente necessárias.

Em vias de finalização, não se pode desconsiderar que o que as classes e estratos de classe burgueses preconizavam era o “monopólio da cidadania válida”, ou seja, o controle, pela burguesia, da sociedade civil e, claro, do Estado nacional. Assim,

(...) a militarização e a tecnocratização tanto do movimento contrarrevolucionário da burguesia, quanto do Estado nacional “regenerado”, autocrático-burguês, são intrínsecas à reação autodefensiva da burguesia e instrumentais para os fins históricos de autoafirmação e auto-privilegiamento das classes burguesas (idem, 1976, p. 341).

Por tudo isso, pode-se afirmar a partir da leitura que Carlos Nelson Coutinho (1985) faz dos textos de Gramsci, que o processo revolucionário desencadeado pela burguesia brasileira configura-se, resguardadas as devidas especificidades e particularidades da situação brasileira, como uma revolução passiva. Segundo Coutinho (1985), o conceito de “revolução passiva” é, de fato, um importante critério de interpretação para a compreensão de todo o processo de transição do país à modernidade capitalista e, de modo destacado, ao capitalismo monopolista de Estado. Dessa feita, o autor sinaliza para dois aspectos relevantes para o entendimento do significado do conceito de “revolução passiva” indicados por Gramsci:

- 1) De um lado, há o fortalecimento do Estado em desfavorecimento da sociedade civil, o que nada mais é que o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas;
- 2) E, de outro lado, tem-se a prática do transformismo como padrão de desenvolvimento histórico que remete à exclusão das massas populares.

De acordo com Coutinho (1985), Gramsci, após seu exame do papel do Piemonte no Risorgimento⁵ realiza uma observação que pode ser muito útil à análise do Brasil: “Este fato é da máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: ou seja, que não um grupo social seja o dirigente de outros grupos, mas que um Estado seja o ‘dirigente’ do grupo que, ele sim, deveria ser ‘dirigente’”. Dessa feita,

Decerto, existe uma diferença fundamental entre o *Risorgimento* e o caso brasileiro: enquanto na Itália um Estado particular desempenhou o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das “revoluções passivas” é já um Estado unificado. Mas essa diferença, ainda que não negligenciável, parece-me passar para o segundo plano diante do fato de que o Estado brasileiro vive historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes. E mais: o resultado desse processo, no caso brasileiro, tem fortes

⁵ De forma sintética, o Risorgimento refere-se ao processo de formação tardia do Estado italiano no século XIX.

analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália, quando afirma: “É um dos casos em que esses grupos têm a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’: ditaduras sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não desse sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobino’” (COUTINHO, 1985, p. 113).

Nesse sentido, é sabido que as transformações no Brasil sempre aconteceram a partir do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. E, de fato, em seu conjunto, essas classes em nenhum momento desempenharam uma efetiva função hegemônica perante as massas populares. Segundo Coutinho, a opção das mesmas foi transferir ao Estado a função de “direção” política, e aqui, quando se fala do Estado, refere-se às camadas militares e tecnoburocráticas. Desde então, verifica-se ser atribuição do aparato estatal o controle e, quando necessário, a repressão das classes subalternas. Contudo, como bem esclarece o autor, há que se considerar que esse padrão antijacobino de transição ao capitalismo não necessariamente significa que a burguesia brasileira não tenha realizado a própria “revolução”. Ao contrário, a burguesia brasileira efetivou sua revolução, objetivamente, mediante o modelo de “revolução passiva”, que por aqui, tomou a forma de uma “contrarrevolução prolongada”⁶, que nada mais é que uma “ditadura sem hegemonia”.

4. A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Tendo em vista o exposto, é legítimo que surjam questionamentos acerca da validade, ou melhor, da legitimidade da discussão aqui realizada nos dias atuais. Desse modo, um feixe de análise pertinente refere-se ao papel do Estado nas relações sociais diante de um evidente cenário de crise do capital.

Para Gramsci (2000), o Estado é representado pelo complexo de atividades práticas e teóricas utilizado pela burguesia como instrumento de dominação e, inclusive, justificação e manutenção da mesma. Nesse sentido, o autor dos cadernos do cárcere entende que é através do Estado que a classe dominante visa conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa. Em Gramsci, o Estado funciona como um aparato de hegemonia que abrange a sociedade civil, entretanto, distingue-se desta em virtude dos aparelhos coercitivos, tendo em vista que estes pertencem exclusivamente ao Estado. Logo, por Estado faz-se necessário entender, além do aparelho de governo, também o aparato privado de hegemonia ou sociedade civil.

Nesse horizonte, a sociedade civil, para Gramsci, é entendida como “hegemonia política e cultural de um grupo sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Para o autor, o Estado, por esse motivo, deve ser compreendido em seu devido e primordial equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil. Em Gramsci, a sociedade civil compreende a esfera da “superestrutura”, ou seja, é constituída pelo conjunto das instituições responsáveis por representar os interesses de diferentes grupos sociais, como também pela elaboração e difusão de valores simbólicos e ideológicos. Alguns exemplos dessas instituições são: as escolas, os partidos políticos, organizações profissionais, os meios de comunicação, bem como as instituições de caráter artístico e científico, dentre outras.

Nessa ótica, segundo Coutinho (1989), a sociedade política na acepção gramsciana compreende o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção. Trata-se do Estado em sentido estrito ou Estado-coerção, constituído pelas burocracias ligadas às forças armadas e à aplicação das leis, ou seja, o aparato parlamentar, de governo. Em resumo, pode-se afirmar, então, que o Estado, segundo Gramsci, enquanto extensão do aparelho hegemônico é considerado como parte do sistema desenvolvido pela burguesia para perpetuar e expandir seu controle sobre a sociedade civil no contexto da luta de classes.

⁶ Essa expressão é de autoria de Florestan Fernandes e encontra-se em seu livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, do ano de 1976.

De fato, sabe-se que a obra de Gramsci tem como referencial a realidade social italiana, mas isso não significa que as análises do autor não sejam pertinentes para se pensar a realidade brasileira. Desse modo, ao direcionar a reflexão para o cenário brasileiro é possível afirmar que as lutas que têm sido travadas em todo o país são expressivas do quanto o capitalismo é um modo de produção atravessado por crises. As manifestações de julho do ano de 2013 que se estenderam até o momento, em virtude da realização da Copa do Mundo no país, são representativas de que a luta pela hegemonia está em curso. A agenda das manifestações, entende-se, foi inaugurada pelo Movimento Passe Livre, de São Paulo, cuja legítima luta por um transporte público de qualidade mobilizou a reivindicação em prol de muitas outras bandeiras de luta. De fato, as manifestações nos diferentes estados brasileiros assumiu uma proporção política significativa, embora, com alguns equívocos de direcionamento político que não podem ser desprezados⁷. Mas o que se quer chamar a atenção aqui é para o fato de que, ao contrário do que foi e do que ainda continua a ser noticiado pelos meios de comunicação de massa, a intervenção do Estado realiza-se mediante o acionamento de seu aparato coercitivo. O Estado brasileiro, a fim de conter “a desordem e o caos”, utiliza-se da polícia e, também, das forças armadas, o que evidencia, pode-se dizer, que a dominação no plano ideológico apresenta sinais de que a luta pela hegemonia encontra-se aberta, pulsante.

De igual modo, destacam-se ainda as greves de rodoviários e metroviários em vários estados brasileiros. Tais greves são, embora muitos as denominem de corporativistas, greves que trazem à tona o contexto de precarização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. Trata-se de uma luta legítima, necessária e que, não obstante, é “solucionada” mediante nítida intervenção coercitiva, não raro com uso da força. São reatualizações do arcaico, não há. Se na década de 1930 as expressões da questão social⁸ eram tratadas como questão de polícia, o que dizer dos dias de hoje? Retrocessos em toda parte. Democracia nitidamente autocrática, truculenta.

São tempos de crise de hegemonia ou “crise geral do Estado” que, para Gramsci, nada mais é que uma crise da capacidade dirigente dos que estão no poder por não conseguirem solucionar problemas e manter a coesão pela ideologia. De acordo com Gruppi (1985), o momento da crise de hegemonia é também um momento de crise cultural e moral. É a desintegração da capacidade do Estado de estender e manter a hegemonia burguesa. Nas palavras de Carnoy (1986), trata-se da crise da capacidade burguesa para dominar indiretamente através do aparelho ideológico do Estado.

Por tudo isso, percebe-se que, no Brasil, ainda no século XXI, embora exista certo grau de consenso em torno das ações das classes dominantes, não se pode desconsiderar que existem mobilizações que ecoam da insatisfação e do aviltamento das condições de vida das classes trabalhadoras. E, a cada reação dos “de

⁷ Não é o objetivo, neste espaço, realizar uma discussão pormenorizada sobre as manifestações realizadas no Brasil no ano de 2013 e, também, no ano de 2014 em virtude da realização da Copa do Mundo no país. Contudo, quando se afirma que as mesmas apresentam equívocos de direção política, não se está falando especificamente de uma direção emanada de partidos políticos, mas sim de uma agenda reivindicatória expressiva de uma unidade na luta política. O que se viu foi um desenrolar de bandeiras isoladas e que, acredita-se, de fácil incorporação ao discurso dominante, haja vista que saúde, educação, habitação, para citar apenas algumas, são bandeiras que aparecem no discurso da burguesia, tanto em seu processo revolucionário, quanto hoje, conjuntura na qual a referida classe encontra-se assentada em uma perspectiva de profundo conservadorismo. Desse modo, para que tais bandeiras alcancem legitimidade e eco nas classes trabalhadoras é necessário que a luta ultrapasse os muros e os grupos ativistas das universidades e partidos políticos declarados de esquerda. Uma agenda de reivindicações que se pretende revolucionária precisa encontrar legitimidade nas massas, ir ao encontro dos anseios e da realidade que atravessa o cotidiano do “homem do povo” e não se restringir a um discurso fragmentado e de pouca ressonância prática.

⁸ Segundo Carvalho e Iamamoto (2009), entende-se por questão social “o conjunto das expressões das desigualdades que aparecem com a sociedade capitalista e que tem uma raiz comum: a produção social torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação do seu produto mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (1998:27).

baixo”, visualiza-se que a burguesia utiliza-se do aparato coercitivo do Estado para a aberta repressão daqueles que, segundo sua concepção, colocam-se contrários ao status quo.

Nessa perspectiva, retomar o debate da revolução burguesa no Brasil, debate esse tão bem explorado por autores destacados no campo da sociologia e de outras áreas do conhecimento, não tem por objetivo a mera ruminação de conhecimento, mas sim apontar que se trata de uma discussão que ainda não se esgotou. Sem incorrer ao erro gravíssimo da generalização, faz-se oportuno considerar que o atual contexto social, econômico e político do Brasil fornece um arsenal vasto do caráter autocrático da revolução empreendida pelas classes dominantes. Em um país no qual pobre paga muito mais imposto que rico, onde o “rolezinho” exarceba o quanto a segregação urbana se faz presente nas relações sociais, país no qual a educação, a saúde e uma gama de serviços sociais básicos são interesses de mercado e, para finalizar embora existam muitas outras questões que podem ser expostas, em um país onde as Unidades de Polícia Pacificadora são criadas com o nítido objetivo de “vigiar e punir” a pobreza que suja e ameaça. Que país é esse? Esse é o Brasil dos megaeventos, do fundo público sendo utilizado para atender aos ditames de organizações internacionais que não estão minimamente interessadas no esporte, mas sim na lucratividade que sua mercadorização propicia.

Como diz Marx, “A história se repete. A primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.” Dessa forma, o cenário atual do Brasil, da crise política que se vivencia, não é novo, ao contrário, a história existe para que a interpretação do presente não se restrinja ao fatalismo e tampouco ao anacronismo saudosista. Por isso, entende-se que refletir sobre a revolução burguesa no Brasil, sobretudo no que se refere ao seu caráter autocrático, constitui-se relevante aos dias atuais a fim de que substituamos a farsa pela análise concreta do real tendo como objetivo central sua total transformação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora apresentado buscou problematizar a questão da Revolução Burguesa no Brasil, especificamente, do caráter autocrático de seus mecanismos de dominação e consolidação.

De fato, tratar do referido tema constituiu-se desafiador e, principalmente, de muito valor para o entendimento da formação social brasileira. Pode-se dizer, sem dúvida, que a discussão aqui realizada não encontra-se esgotada e tampouco pode ser considerada completa nos mínimos detalhes. Como se sabe, o tema em voga não é novo, mas isso não significa que esteja morto, ao contrário, sua problematização sempre renderá possibilidades para se pensar o Brasil em sua totalidade enquanto formação social.

Portanto, considerando-se a incompletude de toda produção e, não seria diferente com a exposição em tela, espera-se ter contribuído modestamente com o presente trabalho para suscitar o debate sobre a formação social brasileira de uma forma geral, haja vista que só é possível mudar aquilo que se conhece. Portanto, todo e qualquer projeto societário pautado na transformação deve partir de genuíno conhecimento de causa. E é com este intuito que este texto foi escrito, ou seja, com a intenção de iluminar e abrir portas para melhor conhecer o Brasil em sua complexa formação histórico-social e, assim, ser possível refletir sobre a necessária transformação societária que se faz urgente a cada dia.

6. REFERÊNCIAS

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. São Paulo: Papyrus, 1986.

CHASIN, José. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe à crise social. Santo André –SP: estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. (Orgs.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. *Ensaio de Interpretação Sociológica*. 2ª Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1967.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil. *Ensaio de Interpretação Sociológica*. 6ª Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 2005.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volumes: 1, 3 e 4 Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&P, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2009.

IANNI, Octávio. Estado e capitalismo. 2. Ed. Rio de Janeiro. Brasiliense, 2204.

SINGER, Paul. Economia política do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1977.

TROTSKY, Leonel. História da Revolução Russa. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.